

F. Gaspar



LEZÍRIA DO TEJO

comunidade
intermunicipal

Assembleia Intermunicipal

Mandato 2021-2025

Ata n.º 11/2025

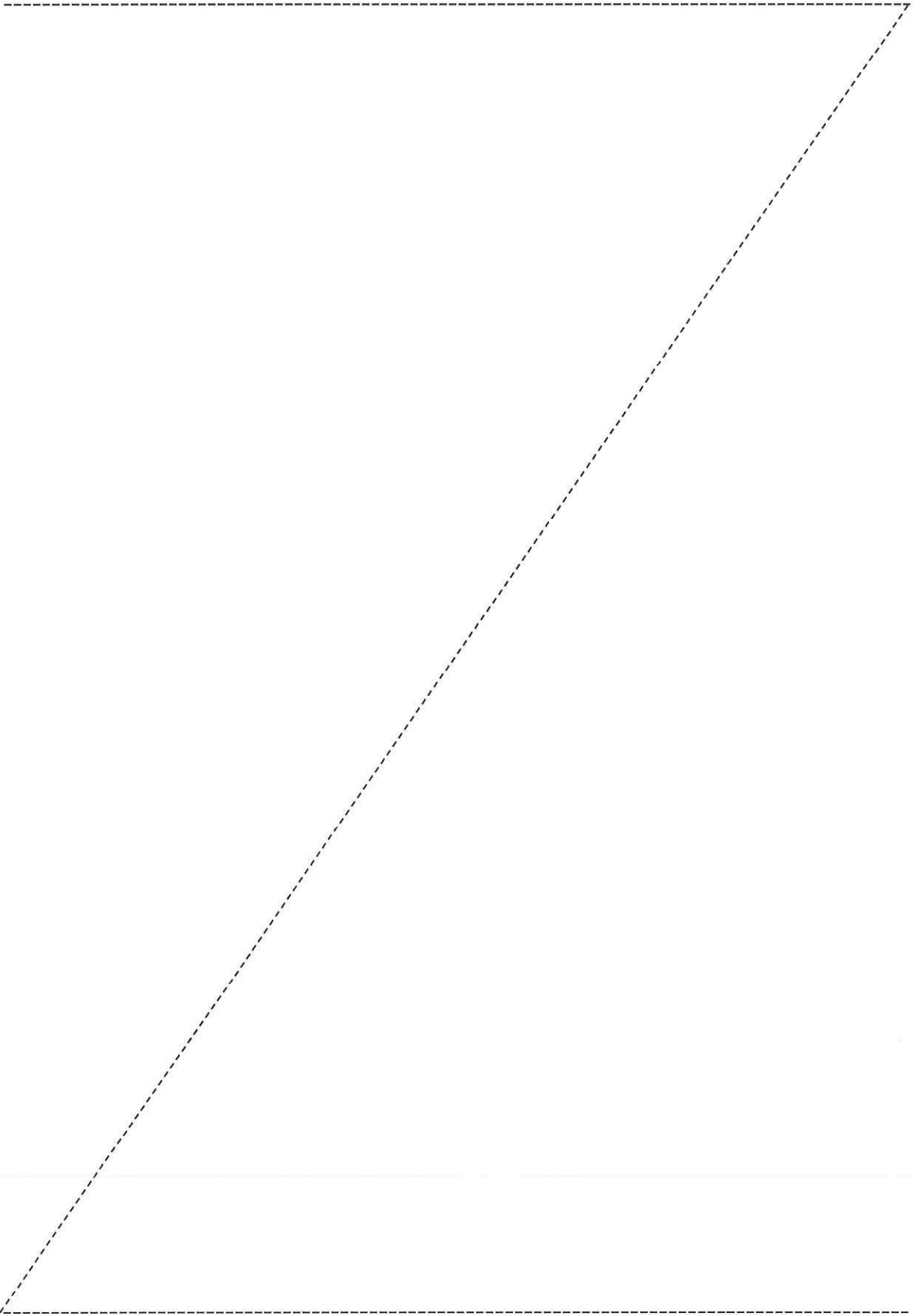
10 de abril de 2025

Sessão Ordinária

Início da reunião
21h20 horas

Términus da reunião
23h00 horas

Presidente da Mesa: Francisco Caneira Madelino
Vice-Presidente da Mesa: Francisco Artur Gomes Gaspar
Secretário da Mesa: Dina Maria Gomes Rocha



Sessão Ordinária de 10 de abril de 2025

ATA N.º 11

--- Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, no Museu Municipal de Coruche, nos termos da alínea a) do artigo 86.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, reuniu-se a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), na sequência de Convocatória efetuada ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 86.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com a Ordem de Trabalhos, antecipadamente divulgada junto de todos os seus Deputados. Depois de verificar o quórum, o Senhor Presidente deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, pelas vinte e uma horas e vinte minutos.-----

--- Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo: eleito pela Assembleia Municipal de Almeirim, Eurico Manuel Lopes Henriques, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de Almeirim, Gustavo Gaudêncio da Costa, do Partido Socialista; eleita pela Assembleia Municipal de Almeirim, Helena Maria Martinho Lopes Cláudio, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de Almeirim, Sónia Isabel Campos da Silva Colaço, da Coligação Democrática Unitária; eleito pela Assembleia Municipal de Alpiarça, João Pedro Antunes Osório, da Coligação Democrática Unitária; eleito pela Assembleia Municipal de Azambuja, António José da Fonseca Nobre, da Coligação Democrática Unitária; eleito pela Assembleia Municipal de Azambuja, Armando Jorge Adrião Calixto, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de Benavente, Mário Jorge Campos Pereira, da Coligação Democrática Unitária; eleito pela Assembleia Municipal de Benavente, Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, do Partido Social Democrata; eleito pela Assembleia Municipal de Benavente, António José Rabaça Silva Ribeiro, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de Benavente, Mário Rui Filipe Santos, da Coligação Democrática Unitária; eleito pela Assembleia Municipal de Cartaxo, Sérgio Pedro Mendes Mesquita Lopes, do Partido Social Democrata; eleito pela Assembleia Municipal de Cartaxo, José Augusto Santos de Jesus, do Partido Social Democrata; eleito pela Assembleia Municipal de Cartaxo, Maria De La Salette Da Conceição Marques Cêra, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de Cartaxo, Augusto Gonçalves Parreira, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de Chamusca, Pedro Miguel Martins Braz, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de Chamusca, Rui Miguel Oliveira da Cruz, da Coligação Democrática Unitária; eleita pela Assembleia Municipal de Coruche, Berta Alexandra Teixeira Lopes, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de Coruche, Luís Alberto Ferreira, da Coligação Democrática Unitária; eleito pela Assembleia Municipal de Coruche, Francisco Artur Gomes Gaspar, do Partido Social Democrata (Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal); eleito pela Assembleia Municipal de Golegã, Daniel Teodoro Catarino Romão, do Partido Socialista;

Sessão Ordinária de 10 de abril de 2025

eleito pela Assembleia Municipal de Rio Maior, Tiago Filipe Francisco Santos, do Partido Social Democrata; eleito pela Assembleia Municipal de Rio Maior, Cristina Maria Carrilho Ferreira (em substituição de Filipe Montez Coelho Madeira), do Partido Social Democrata; eleito pela Assembleia Municipal de Rio Maior, Sofia Alexandra Aleixo Marquês da Cruz Cardoso, do CDS - Partido Popular; eleito pela Assembleia Municipal de Rio Maior, Carlos Jorge Coelho Neto, do Partido Social Democrata; eleito pela Assembleia Municipal de Salvaterra de Magos, Francisco Caneira Madelino, Partido Socialista (Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal); eleito pela Assembleia Municipal de Salvaterra de Magos, Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de Santarém, Rui Pedro de Sousa Barreiro, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de Santarém, Alfredo José Carvalho Henriques da Silva, do Partido Social Democrata; eleita pela Assembleia Municipal de Santarém, Dina Maria Gomes Rocha, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de Santarém, Jorge Manuel Fernandes Rodrigues (em substituição de Carla Patrícia Lopes Neto), do Partido Social Democrata; eleito pela Assembleia Municipal de Santarém, António Pina Ferreira Campos Braz, do Partido Socialista.-----

--- Faltaram à sessão sem justificação os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo: eleito pela Assembleia Municipal de Azambuja, Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de Golegã, Maria da Conceição Afonso Contente, do Movimento 2021 É O ANO; eleito pela Assembleia Municipal de Salvaterra de Magos, Maria de Fátima Coelho Sousa Gregório, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de Salvaterra de Magos, Nuno Miguel Ferreira Monteiro, do Bloco de Esquerda; eleito pela Assembleia Municipal de Santarém, Filipe Frade Brígida, do Partido Social Democrata. -----

--- Apresentaram justificação de ausência os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo: eleita pela Assembleia Municipal de Alpiarça, Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira, do Partido Socialista; eleito pela Assembleia Municipal de Coruche Mara Lúcia Lagriminha Coelho, do Partido Socialista.-----

--- Justificaram a ausência e pediram substituição os seguintes membros da Assembleia Intermunicipal da Comunidade da Lezíria do Tejo: eleito pela Assembleia Municipal de Rio Maior, Filipe Montez Coelho Madeira, do Partido Social Democrata; eleito pela Assembleia Municipal de Santarém, Carla Patrícia Lopes Neto, do Partido Social Democrata.-----

--- Estiveram, assim presentes 32 dos 40 membros que compõem esta Assembleia Intermunicipal, sendo o quórum repartido pelas seguintes Forças Políticas: 15 membros do Partido Socialista, 9 membros do Partido Social Democrata, 7 membros da Coligação Democrática Unitária e 1 membro do CDS - Partido Popular. -----

Sessão Ordinária de 10 de abril de 2025

--- A lista de presenças dos senhores Deputados consta dos documentos anexos à presente ata.---

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos:-----

--- Período Antes da Ordem do Dia;-----

--- Ordem do Dia:-----

--- 1: Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal;-----

--- 2: Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do exercício de 2024;-----

--- 3: Apreciação e votação de Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2024;-----

--- 4: Apreciação e votação de Proposta de Segunda Revisão do Orçamento para 2025 e Grandes Opções do Plano 2025-2030, e de autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais relativos aos contratos cuja despesa esteja prevista nas Grandes Opções do Plano de 2025-2030 agora revistas.-----

-----**Período Antes da Ordem do Dia**-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)** colocando à apreciação e votação as atas das sessões das Assembleias Intermunicipais da CIMLT, de 17 de dezembro de 2024 e de 10 de fevereiro de 2025.-----

--- Submetida à votação a ata da sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 17 de dezembro de 2024, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE** pelos senhores deputados presentes na referida sessão.-----

--- Submetida à votação a ata da sessão da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, de 10 de fevereiro de 2025, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE** pelos senhores deputados presentes na referida sessão.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Pedro de Sousa Barreiro (PS)**, lembrando que na última sessão tinha chamado a atenção para a necessidade de o Regimento ser alterado, de forma a permitir que houvesse reuniões online. Referiu que tinha redigido uma proposta que também era subscrita pelos senhores deputados Dina Rocha e António Pina Braz, que faria chegar à Mesa, sendo que a proposta era, na prática, de acordo com o artigo trinta e um da secção um do Regimento. Propôs que se acrescentasse um ponto, com a seguinte redação: "as reuniões extraordinárias poderão decorrer online, sempre que o Presidente considerar que é possível e benéfico para a boa deliberação da Assembleia". Segundo o senhor Deputado, o objetivo era obter ganhos de eficácia, eficiência e até ambientais.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos Jesus(PSD)**, lembrando que a norma da Assembleia era que a apreciação do Regimento fosse feita sempre no início dos mandatos, sendo que os eleitos da próxima Assembleia podiam ser completamente diferentes dos que estavam atualmente.-----

Sessão Ordinária de 10 de abril de 2025

O Regimento poderia ser revisto, mas pelos futuros eleitos, se assim o entendessem. Assim, os deputados do PSD iriam votar contra esta proposta de alteração, que até tinha muito mérito, mas que deveria ser a próxima Assembleia a deliberar.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Artur Gomes Gaspar (PSD)**, referindo que se o PS pretendia colocar a proposta de alteração ao Regimento à votação, deveria entregá-la à Mesa com a antecedência devida, ou seja, pelos menos com dois dias de antecedência.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Pedro Antunes Osório (CDU)**, lembrando que a proposta nem tinha sido colocada à discussão. Poderia ser colocada à votação a discussão ou não da proposta.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Pedro de Sousa Barreiro (PS)**, propondo que a proposta de alteração ao Regimento fosse discutida numa próxima reunião da Assembleia Intermunicipal.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, solicitando que a proposta fosse então discutida em próxima sessão.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Alfredo José Carvalho Henriques da Silva (PSD)**, dizendo estar preocupado com o desenvolvimento do território. Referiu que a Comunidade da Lezíria do Tejo tinha vários elementos identitários da região e era com eles que tinham de garantir a identidade e até reforçá-la e valorizá-la. Cerca de 80% dos municípios da Comunidade conectavam-se diretamente com o rio Tejo, que podia ser um ativo ainda mais essencial para o território em várias atividades, tal como a pesca, o peixe do rio, etc. No Instituto Politécnico de Santarém existem também vários projetos para estudar, preservar e aumentar o efetivo dos peixes do rio, assegurando e valorizando aquilo que era a identidade da Lezíria do Tejo. Referiu que tinha tomado conhecimento pela comunicação social de um projeto desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal de Coimbra, para repovoamento do rio Mondego, referente à lampreia. Essa Comunidade Intermunicipal tinha feito uma candidatura a fundos europeus, e tinha conseguido financiamento de cem mil euros para revitalizar o Mondego com mais efetivos de lampreia. Conhecendo o rio Tejo e a situação em que estava, o senhor Deputado perguntou se a CIMLT estava preocupada em cuidar do povoamento dos peixes que asseguravam a identidade do Tejo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Luís Alberto Ferreira (CDU)**, lançando um alerta sobre as cheias. Pretendeu saber se existiam iniciativas junto da Associação Portuguesa do Ambiente. Referiu que o concelho de Coruche tinha duas pontes que precisavam urgentemente de obras porque estão intransitáveis: a ponte da Escusa e a ponte do Rebolo. Apesar de muitas promessas, essa situação continuava por resolver. Assim, referiu que a CIMLT poderia ter alguma forma de fazer pressão junto dos organismos responsáveis. O senhor Deputado lembrou ainda que continuava a fazer muita falta na vila de Coruche os IC 10 e 13.-----

Sessão Ordinária de 10 de abril de 2025

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Sónia Isabel Campos da Silva Colaço (CDU)**, deixando a preocupação com a solução encontrada para dar resposta às mulheres grávidas do distrito de Santarém. O governo da AD, no final do ano de 2024, em vez de reforçar o SNS, tinha preferido remendar soluções, como o novo modelo de atendimento nas urgências de Ginecologia e Obstetrícia, em que as utentes eram aconselhadas a contactar primeiro a linha SNS Grávida, em vez de recorrer aos serviços de saúde. Em altura de celebração do 1º de Maio, o distrito, as mulheres e o futuro de quem nasce necessitavam de um reforço no investimento do Serviço Nacional de Saúde, bem como de uma resposta de qualidade significativa, não esquecendo que este era um direito constitucional.---

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Mário Rui Filipe Santos (CDU)**, referindo que, no seguimento do que já tinha sido dito sobre o trânsito que passava no meio das localidades, há uns anos tinha sido feito um estudo na CIMLT, que apontava os pontos mais críticos relativamente à sinistralidade, em particular na EN 118. Lembrou que Benavente e Samora Correia eram duas localidades muito afetadas, até pelo seu crescimento. Assim, quis saber o que era necessário fazer para tentar melhorar esta questão de EN 118, que era transversal a todos os municípios que atravessava.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Ricardo Alexandre Frade de Oliveira (PSD)**, referindo que era um facto que havia várias necessidades no distrito de Santarém, como havia no resto do país. Era também um facto que o Partido Socialista tinha governado Portugal. Era ainda um facto que o PCP tinha tido uma função importante, durante parte de uma legislatura, a chamada legislatura da Geringonça. O senhor Deputado prosseguiu dizendo que nessa altura tinha havido menos manifestações, menos reivindicações e havia muita coisa que podia ter sido feita e acabou por não ser. Entretanto, na atual legislatura, havia problemas que estavam a ser tratados pelo Governo da AD. O atual governo, embora limitado nas suas funções, iria governar até ao mês de maio, quando iria iniciar funções um novo governo. Referiu que o governo da AD tinha sido deitado abaixo, por estar a governar bem. Referiu ainda que a sua intervenção acontecia como resposta a um conjunto de intervenções que tinham sido feitas. Frisou que o Governo estava a tentar resolver muitos dos problemas enunciados. Tinha, por exemplo, o plano de acessibilidade relacionado com o novo aeroporto, que contemplava a conclusão da A13, entre Vila Nova da Barquinha e Almeirim. Tinha sido também apresentado um projeto que incluía a passagem do IC por Coruche. Relativamente aos sistemas da saúde, era um facto que tinha muita coisa para melhorar, mas não era certamente com as medidas defendidas pelo Partido Comunista ou pelo Partido Socialista, porque aqueles que se diziam os maiores defensores do Serviço Nacional de Saúde eram também aqueles que tinham contribuído para o maior aumento de sempre de seguros privados de saúde em Portugal. Referiu ainda que havia que salvar o SNS e essa salvação ia ser feita naturalmente com a valorização das carreiras médicas, enfermagem e auxiliares de saúde, e também trazendo até parcerias público-

Sessão Ordinária de 10 de abril de 2025

privadas. O senhor Deputado prosseguiu a sua intervenção, dirigindo-se aos senhores Deputados do Partido Comunista de Benavente e aconselhando o senhor Presidente da Câmara Municipal de Benavente a fazer mais do que o que tinha feito para resolver muitos dos problemas apresentados, nomeadamente sobre o trânsito e acessibilidades. Terminou a sua intervenção dizendo estar muito confiante no trabalho do Governo e nas eleições de 18 de maio.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Pedro de Sousa Barreiro (PS)**, referindo que esta última intervenção fazia uma leitura da História bastante estranha. Lembrou que tinha sido o Governo a apresentar uma Moção de Confiança na Assembleia da República e, na sequência do chumbo, estava a acontecer o que estava constitucionalmente previsto. Daí as eleições de 18 de maio. Prosseguiu a sua intervenção, lembrando dois aspetos que tinham a ver com o município de Santarém e com o município do Cartaxo. Existia já há algum tempo um estudo prévio para a ligação entre a Ribeira de Santarém e Valada, de forma a usufruir do rio Tejo. Referiu que era importante que a CIMLT pudesse continuar a fazer o trabalho e permitir que projetos entre vários municípios pudessem beneficiar os municípios dos respetivos concelhos. O senhor Deputado referiu ainda que havia no Vale de Santarém um estrangulamento bastante grande na EN 3, que podia ser resolvido como alternativa de ligação entre o Cartaxo e Santarém. Também aqui a CIMLT podia trabalhar.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, começando por dizer que, sobre a questão do rio Mondego, não conhecia o que tinha sido feito. Assim, pediu ao Dr. António Torres para tomar nota, sendo certo que o Tejo era uma linha de água nacional. Lembrou também que a APA tinha responsabilidades diretas e, nalguns casos, exclusivas. Referiu ainda que o que a CIMLT tinha vindo a tratar ao longo dos últimos anos tinha a ver sobretudo com a necessidade de, enquanto região onde a agricultura tinha um papel fundamental e onde a água era imprescindível, criar as condições para avançar com o projeto Tejo, nomeadamente avançar com a Barragem do Alvito com múltiplas funções e não apenas como hidroelétrica. O senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção mencionando as questões dos IC. Referiu que a CIMLT tinha tomado nota dos problemas ao longo dos tempos. Em âmbito de PRR, tinham colocado estas questões, bem como o aeroporto. No que dizia respeito à EN118, o projeto estava a terminar e já havia um estudo prévio feito. Estavam previstas intervenções, que iriam criar condições para mais segurança. No que dizia respeito à ligação entre os vários concelhos, através de ciclovias, a ITI OVT contemplava a criação de ecovias. Relativamente à saúde, existia um problema grave de oferta, que resultava sobretudo do facto de interessar a muita gente que os privados fossem ganhando terreno.--

ORDEM DO DIA

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 1 da Ordem de Trabalhos - Apreciação da atividade da**

Comunidade Intermunicipal.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Alfredo José Carvalho Henriques da Silva (PSD)**, começando por mencionar o Projeto de Alimentação Sustentável, onde era salientado o tema da dieta mediterrânica. Disse gostar de trabalhar em parceria e na CIMLT havia muitos parceiros. Referiu que a Escola Superior Agrária de Santarém tinha trabalho feito neste domínio, até com parceiros espanhóis. Quis, assim, saber quais eram os parceiros e que resultados se esperava alcançar com este Projeto. O senhor Deputado solicitou ainda informação sobre as ecovias da Lezíria do Tejo. Era mencionado que iria ser feito um levantamento topográfico de mais quatro percursos, para avançar com esse projeto. Assim, quis saber qual o financiamento existente para esta intervenção e que resultados esperavam alcançar. -----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que, em relação às ecovias, o financiamento vinha da ITI OVT, correspondendo a cerca de 5 milhões e meio de euros. Eram incentivos à mobilidade, à atividade. Sobre a Alimentação Sustentável, mencionou que era a APRODER que estava a liderar o processo. Mas fazia sentido a participação da CIMLT, tendo em conta o número de jovens que faziam refeições escolares, serviço fornecido através de procedimento levado a cabo pela CIMLT. Portanto, fazia sentido ter estes projetos de incentivo à dieta mediterrânica, do ponto de vista da saúde, agrícola e da sustentabilidade. E de facto existiam também outras entidades envolvidas, como a Escola Superior Agrária. Frisou que esta temática era muito importante para a área da saúde, porque prevenir trazia resultados.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, acrescentando, sobre as ecovias, que estavam a falar de centenas de quilómetros de ecovias, que ia desde Azambuja até à Golegã, recuperando um projeto que ainda era do tempo em que o senhor Deputado Rui Barreiro era Presidente do município de Santarém. A CIMLT andava em diálogo, entretanto, com a APA, no âmbito deste projeto. O objetivo era andar a pé e de bicicleta em cima do dique, com paragens para observação da fauna e flora. Também pretendiam ligar, na margem esquerda, Samora Correia a Constância, praticamente. O mesmo entre Rio Maior e Santarém, pela antiga linha de caminhos de ferro. Ainda a ligação de Salvaterra de Magos a Coruche. Tudo isto por percursos naturais. Portanto, ficaria a Lezíria toda ligada, através de ecovias. Explicou que estavam disponíveis 5 milhões e meio de euros, de FEDER, para alavancar este investimento. Adiantou que estava a ser feito o levantamento topográfico e iria ser lançado o concurso para a realização dos respetivos projetos técnicos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Augusto Santos Jesus(PSD)**, mencionando a empresa intermunicipal de transportes. Quis saber como seria o cronograma de implementação da empresa.-----

Sessão Ordinária de 10 de abril de 2025

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, explicando, em primeiro lugar, que a implementação da empresa não estava dependente da aquisição do terminal rodoviário, que seria a sede da futura empresa. Adiantou também que, através de uma candidatura, iria ser possível adquirir 16 autocarros elétricos, permitindo também diminuir a idade global das viaturas. Terminou a sua intervenção dizendo que esperavam começar a trabalhar no ano letivo de 2026.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, lembrando que quando tinha sido criada a Águas do Ribatejo, a CIMLT tinha conseguido 20 milhões de euros do Fundo de Coesão para fazer obras, e a empresa ainda não estava constituída. Desta vez, iriam comprar 16 autocarros, através do PRR. Adiantou que a candidatura contemplava também a aquisição de carregadores. No total de todas as viaturas, disse que iriam passar a ter 75% das viaturas novas. Ou seja, em 140 viaturas iria haver 100 viaturas novas e 40 usadas. Referiu ainda que a estratégia para a criação da empresa estava a decorrer como o delineado. -----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, solicitando uma síntese de valores financeiros para este projeto. -----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, explicando que, para a reabilitação do terminal rodoviário de Santarém, estavam previstos cerca de 2 milhões de euros; em Azambuja também era necessário melhorar as paragens dos autocarros; em Salvaterra de Magos também era necessário colocar uma pala. Portanto, havia uma série de investimentos a fazer.-----

--- Passou-se de seguida ao **Ponto 2 da Ordem de Trabalhos - Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do exercício de 2024**.-----

--- Submetidos à votação os **Documentos de Prestação de Contas do exercício de 2024**, os mesmos foram **APROVADOS POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Abstenções: 7 (CDU);-----

--- Votos a favor: 25 (PS – 15; PSD – 9; CDS-PP – 1).-----

--- Passou-se de seguida ao **Ponto 3 da Ordem de Trabalhos - Apreciação e votação de Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2024**.-----

--- Submetida à votação a **Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2024**, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Passou-se de seguida ao **Ponto 4 da Ordem de Trabalhos - Apreciação e votação de Proposta de**

Sessão Ordinária de 10 de abril de 2025

Segunda Revisão do Orçamento para 2025 e Grandes Opções do Plano 2025-2030, e de autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais relativos aos contratos cuja despesa esteja prevista nas Grandes Opções do Plano de 2025-2030 agora revistas. -----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Alfredo José Carvalho Henriques da Silva (PSD)**, mencionando um reajustamento do objetivo dois, para formalizar uma candidatura para promover a inclusão social de grupos particularmente vulneráveis, através de atividades de expressão artística e cultural. Quis saber quais eram estes grupos de pessoas, em territórios estavam, quais eram as atividades em concreto, quem é que ia executar ou coordenar essas atividades, qual era o valor de financiamento que estava envolvido nesta ação para atingir este objetivo e quantas pessoas iriam ser beneficiadas com esta intervenção.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente do Conselho Intermunicipal da CIMLT, Pedro Miguel César Ribeiro (PS)**, referindo que estava em causa cerca de 900 mil euros de investimento. No que dizia respeito à inclusão, não havia propriamente um grupo específico, tendo em conta as diferenças existentes em todo o território. Este projeto seria posto em prática pela CIMLT e pelos 11 municípios associados. O objetivo seria também aproveitar o existente, para o incentivo à prática cultural. E que os projetos continuassem a existir, mesmo quando já não houvesse fundos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Primeiro-Secretário do Secretariado Intermunicipal da CIMLT, António Manuel de Carvalho Torres**, explicando que a candidatura da inclusão pela cultura iria traduzir-se, na prática, em ir ao encontro de pessoas com dificuldades e imigrantes, e pôr essas pessoas a dançar, a fazer teatro, etc. Havia despesa da CIMLT e despesa dos 11 municípios. Para além disso, falou de outra candidatura submetida, relativa a uma exposição itinerante, que iria ser levada a cabo pela Rede de Museus e que iria decorrer nos 11 municípios. Esta candidatura tinha sido feita com a intervenção de todos os técnicos da Rede de Museus da Lezíria do Tejo. Já tinha havido candidaturas para a Rede de Bibliotecas. Faltava envolver a Rede de Museus. Para além destas duas candidaturas, lembrou que também tinha sido aprovada a candidatura dos territórios inteligentes. Também estava incluída aqui no orçamento, com cerca de 1 milhão e 600 mil euros. -----

--- Submetida à votação a **Proposta de Segunda Revisão do Orçamento para 2025 e Grandes Opções do Plano 2025-2030, e de autorização prévia para a assunção dos compromissos plurianuais relativos aos contratos cuja despesa esteja prevista nas Grandes Opções do Plano de 2025-2030 agora revistas**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA**, com a seguinte votação:-----

--- Abstenções: 7 (CDU);-----

--- Votos a favor: 25 (PS - 15; PSD - 9; CDS-PP - 1).-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira**

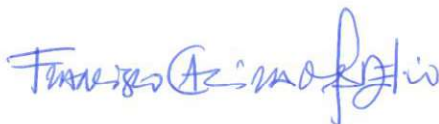
Sessão Ordinária de 10 de abril de 2025

Madelino (PS) que passou a palavra à senhora Secretária da Mesa da Assembleia intermunicipal da CIMLT. -----

--- De seguida foram lidas pela senhora **Secretária da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Dina Maria Gomes Rocha (PS)**, as minutas das votações dos pontos constantes na Ordem de Trabalhos, tendo sido todas as Minutas **APROVADAS POR UNANIMIDADE**.-----

--- Não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIMLT, Francisco Caneira Madelino (PS)**, deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Intermunicipal.-----

O PRESIDENTE DA MESA



O VICE-PRESIDENTE DA MESA



A SECRETÁRIA DA MESA

